



Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Matéria: PROJETO DE LEI N. 342/2021.

ALTERA a redação do § 1.º do art. 110 da Lei n. 5.106, de janeiro de 2020

Autoria: Deputado ÁLVARO CAMPÊLO

Relator: Deputado BELARMINO LINS

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Deputado Álvaro Campêlo apresentou o Projeto de Lei nº. 342/2021, que tem como finalidade alterar a redação do §1º do artigo 110 da Lei n. 5.106/2020

A Justificativa do referido projeto encontra-se em anexo. Assim, na qualidade de Relator, passo a opinar, com a finalidade de instruir o posicionamento a ser adotado por seus membros e, posteriormente, a decisão do Plenário.

É o breve relatório.





Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto do nobre Deputado Álvaro Campêlo tem como finalidade alterar a redação do §1º do artigo 110 da Lei n. 5.106/2020, que trata de Carteiras de Identificação para pessoas com deficiência.

Atualmente, o §1º do artigo 110 da Lei n. 5.106/2020 dispõe que a CIPD deverá ser validade a cada 5 (cinco) anos tanto para pessoas com deficiências permanentes como deficiências temporárias. Com a alteração apresentada pelo projeto de lei em tela, não haverá mais necessidade de revalidação da CIPD para pessoas cuja deficiência seja permanente e; para aqueles cuja deficiência seja temporária, a revalidação será de 10 (dez) anos.

Do ponto de vista da admissibilidade jurídica, entendo que o Projeto de Lei encontra-se em harmonia com a Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Corroborando o acima exposto, o artigo 10 da Lei 13.146/2015 assim dispõe:

Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

Em assim sendo, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais e legais de competência, cumpra esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei em análise.





Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

III – VOTO

Diante do exposto, considerando que o Projeto de Lei preenche os requisitos de admissibilidade constitucional, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei n. 342/21 conclamando aos nobres pares desta Comissão idêntico voto.

S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de Outubro de 2021.

DEPUTADO BELARMINO LINS
RELATOR





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 26/10/2021 18:51:07
PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 25/10/2021 14:43:30
CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - EM 25/10/2021 14:38:38
BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 12/10/2021 19:45:51

